Governo resiste a pressões para garantir Orçamento

Odail Figueiredo

BRASÍLIA — Há pouco mais de um mês no cargo, o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, já chegou à conclusão de que a "União Federal está inviabilizada financeiramente". Apesar de administrar um orçamento de Cr$ 52 trilhões, o governo terá este ano apenas pouco mais de 6% dessa quantia para gastar em novas obras ou continuar projetos já iniciados, depois de descontadas as despesas com pagamento de pessoal, transferências para estados e municípios e as diversas verbas que, pela legislação, estão vinculadas a setores específicos (educação, irrigação, fundos de investimento). "Não se pode dizer ainda que o governo esteja falido, mas a verdade é que perdemos muitos graus de governabilidade", afirma Parente.

A dificuldade financeira do Tesouro é a principal arma que o secretário tem usado para administrar as pressões de políticos em busca de verbas para suas regiões, e que se intensificaram depois que o presidente Fernando Collor inaugurou a fase *soft* do governo, no mês passado, com a mudança da equipe econômica. Encarregado pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de trabalhar como guardião do Orçamento federal, Parente diz que o diálogo com o Congresso não poderá pôr a perder o equilíbrio de caixa conquistado no mais puro estilo *roxo* pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, durante os 14 meses em que permaneceu no poder. "Uma conversa cordial pode acabar tanto em sim quanto em não", resume o secretário. "O governo não pode deixar de buscar o apoio dos políticos, mas precisa preservar o essencial."

Gilberto Alves — 27/9/90

Pedro Parente: é preciso buscar apoio dos políticos, mas preservar o essencial

Trinca — Pedro Parente, um engenheiro eletrônico que não chegou a completar sua formação em economia, é um nome em ascensão na burocracia do ministério. Há poucos dias, numa animada conversa em casa de amigos, Marcílio teceu rasgados elogios ao secretário, a quem atribuiu a tarefa de evitar que o atendimento aos parlamentares — um ingrediente fundamental do novo estilo de governo — acabe recriando um déficit nas contas públicas. "Além de fazer bem seu trabalho, o Pedro tem se destacado nas reuniões da equipe como um bom formulador de políticas", afirma um assessor do ministro.

Junto com o secretário da Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, e com o secretário-executivo, Luiz Antônio Gonçalves, Parente forma uma trinca de burocratas de carreira, todos funcionários do Banco Central, que vem ocupando os espaços deixados até agora pelo secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, a quem deveria caber a elaboração das grandes linhas de atuação do Ministério da Economia. Único integrante da nova equipe sem experiência anterior no serviço público, Macedo vem demonstrando que ainda não está à vontade nas suas novas funções, apesar de ter reconhecida sua capacidade teórica. "O Macedo ainda não engrenou", diz um técnico do ministério.

Marcílio costuma reunir a equipe pelo menos duas vezes por semana para discussões em que todos podem opinar sobre os mais variados assuntos, mesmo que eles não sejam diretamente ligados às áreas que cada um dirige. No momento, quatro são as preocupações imediatas que afligem a equipe de Marcílio: a saída do congelamento de preços — que, na avaliação de todos, vai provocar uma alta expressiva da inflação em junho —, a falta de uma política salarial mais definida para vigorar a partir de setembro, a liberação dos cruzados novos bloqueados — que deverá começar dentro de três meses — e a renegociação da dívida externa, cuja fase mais importante se iniciará nas próximas semanas.

Assédio — A complicada situação financeira do governo também está na pauta de discussões da equipe econômica, mas há consenso de que a questão só poderá ser resolvida a longo prazo. "Os estados e municípios precisam assumir muitas das responsabilidades que hoje estão com a União, mas boa parte desse problema só poderá ser solucionada com a reforma constitucional de 1993", diz Parente. Até lá, segundo o secretário, será preciso administrar com mão firme o orçamento, coordenar os gastos das centenas de órgãos governamentais e tentar planejar as despesas com a maior antecedência possível. Na semana passada, Parente começou a discutir com os técnicos de orçamento dos vários ministérios um Plano de Ação até o final de 1992.

No diálogo com os políticos, onde os interesses eleitorais e o jogo de alianças no Congresso muitas vezes falam mais alto do que a frieza dos números, a equipe de Marcílio tem usado muitos dos instrumentos deixados por Zélia para contornar pressões. O bloqueio de 90% dos recursos do orçamento, decretado por Zélia no segundo Plano Collor, por exemplo, não seria assinado por Parente se, na época, ele fosse o responsável pela decisão, mas tem sido até agora a arma mais poderosa de que dispõe para resistir ao assédio dos parlamentares.

Ao liberar gradativamente recursos que constam do orçamento mas estão retidos, a equipe de Marcílio consegue contentar o autor do pedido sem fugir das previsões globais de gastos. Pelas contas da secretaria de Planejamento, no final dos seis primeiros meses de 1991, as liberações de verbas do orçamento para este ano atingem, em média, 35% do valor total de Cr$ 52 trilhões. Há, portanto, boa margem de manobra para ser administrada nos seis meses que faltam. "Só vamos liberar dinheiro que estiver previsto nas nossas contas", promete Parente.